

1

Marcos do Planejamento Público no Brasil

1947 a 2000

O Brasil é um país com tradição na área de planejamento. Desde a década 40, diversos governos utilizaram o planejamento como alavanca para o desenvolvimento nacional.

1947 - Plano SALTE

Governo Eurico Gaspar Dutra

Primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil. Representava a soma de sugestões dos vários Ministérios. Dava prioridade a quatro áreas: saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla SALTE). Os recursos para sua execução seriam provenientes da receita federal e de empréstimos externos.

1951 - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Governo Getúlio Vargas

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, vinculada ao plano americano de ajuda técnica para defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico aos países subdesenvolvidos, foi importante para a tomada de consciência dos problemas econômicos nacionais. Por suas conclusões é que se criaram o BNDE (1952) e o Conselho de Desenvolvimento para Coordenação Econômico-Financeira (1956).

1952 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

Governo Getúlio Vargas

Criado para fomentar o desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado. Surgiu como órgão técnico para executar o programa de reaparelhamento econômico elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

1956 - Plano de Metas

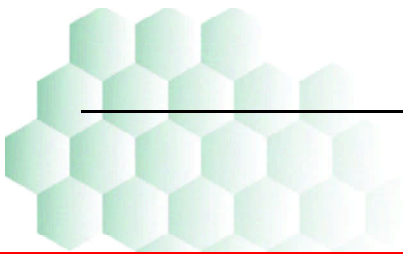
Governo Juscelino Kubitschek

Elaboração baseada no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Teve origem nos estudos do grupo CEPAL-BNDE e representou o primeiro intento de submeter o desenvolvimento global do País à supervisão sistemática do Poder Público. Tinha como alvo os setores de energia e transporte, a indústria intermediária (siderurgia, cimento, papel), indústrias produtoras de equipamentos (automobilística, naval e bens de capital) e a construção de Brasília.

1967 - Decreto-Lei Nº 200

Governo Castelo Branco

Dentre outras inovações, organizou a orçamentação pública e instituiu a delegação de autoridade, a coordenação e o controle na Administração Pública. O Decreto promoveu a descentralização administrativa e a expansão da administração indireta (sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações e autarquias), favorecendo também o desenvolvimento de uma tecnoburocracia qualificada, coexistente com o núcleo tradicional da administração direta.



1972 - I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974)

Governo Emílio Médici

Início do ciclo dos PND, marcando a fase conhecida como "milagre brasileiro", que se caracterizou pelo crescimento econômico acelerado, grande afluxo de capitais externos e substituição das importações. A marca registrada do I PND são os grandes projetos de integração nacional e expansão das fronteiras de desenvolvimento.

1975 - II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979)

Governo Ernesto Geisel

O II PND enfatizou o investimento em indústrias de base e a busca da autonomia em insumos básicos. A preocupação com o problema energético era evidente, com o estímulo à pesquisa de petróleo, o programa nuclear, o programa do álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu.

Em 1979, o 2º choque do petróleo leva ao declínio do desempenho econômico. Tem início um período de inflação exacerbada. O planejamento governamental é profundamente esvaziado, tornando os planos seguintes - o III PND e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - documentos meramente formais.

1988 - Reforma constitucional

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro. O PPA deve estabelecer "de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada". A vigência do PPA inicia-se no segundo ano do mandato presidencial e finda no primeiro ano do mandato seguinte. O primeiro PPA, para o período 1991-1995, foi elaborado com o objetivo principal de cumprir a exigência constitucional.

1996 - Plano Plurianual 1996-1999

Governo Fernando Henrique Cardoso

O Plano Real, editado em 1994, trouxe a estabilidade econômica, viabilizando a retomada do planejamento governamental em novas bases.

Elaborado no primeiro mandato do governo FHC, o PPA 1996-1999 introduziu novos conceitos no planejamento federal: os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e social. O Programa Brasil em Ação agregou ao Plano o gerenciamento de empreendimentos estratégicos.

2000 - Plano Plurianual 2000-2003

Governo Fernando Henrique Cardoso

O PPA 2000-2003 introduziu na administração pública federal a gestão por resultados. Entre as suas principais inovações destacam-se a adoção do programa como unidade de gestão, a integração entre plano, orçamento e gestão, o fortalecimento do conteúdo estratégico por meio do estudo dos eixos, bem como o gerenciamento e a avaliação de desempenho em todos os programas do governo federal.